

Para o magistrado, não há razão para desconfiar das urnas eletrônicas, que expressam fielmente aquilo que é decidido pelo cidadão

# “O presidente critica o sistema que o elegeu”

» DENISE ROTHENBURG » CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA » PEDRO ÍCARO\*

As portas da aposentadoria como integrante do Supremo Tribunal Federal por 31 anos, no balanço que fez da sua atuação na Corte, o ministro Marco Aurélio Mello refuta a ideia de ser um magistrado polêmico. Para ele, todo o tempo, o que prevaleceu nas decisões que tomou foi o entendimento da Constituição. Conforme disse, ontem, ao

CB.Poder — realização do Correio Braziliense e da TV Brasília —, “sempre fui um juiz, nos 42 anos em colegiado julgador, atuante, de convicções próprias e, em colegiado, que é o somatório de forças distintas”.

Para o ministro, não há razão para mudanças do sistema de votação do país, por meio das urnas eletrônicas. Marco Aurélio assegura que as denúncias con-

tra o formato que vem sendo utilizado desde a década de 1990 são inexpressivas e incapazes de lançar dúvidas razoáveis à maneira como o eleitor escolhe seus representantes. Para o magistrado, os ataques do presidente Jair Bolsonaro e a defesa do restabelecimento da impressão do voto são um “contrassenso”.

A respeito do possível sucessor na cadeira do STF

— Bolsonaro anunciou ontem que pretende indicar o advogado-geral da União, André Mendonça —, Marco Aurélio considera desimportante a religião do sucessor. Para o ministro, o que importa é que tenha conhecimento jurídico suficiente para ocupar uma vaga no Supremo, que, como faz questão de registrar, é de alta “envergadura”.

**O senhor foi um campeão de decisões polêmicas. Soltou banqueiro Salvatore Cacciola, o traficante André do Rap, o goleiro Bruno, afastou Renan Calheiros da presidência do Senado — e todos perguntavam por quê. Dessas decisões, qual considera a mais polêmica?**

Nenhuma. Atuei a partir do direito posto e segundo o meu convencimento sobre os casos, e o fiz com pureza d’alma — ou seja, me concentrando apenas na legislação de regência. Evidentemente, acima de cada integrante do Supremo, está o colegiado e, havendo recurso ou sendo levada a tuteia de urgência ao colegiado, cabe a ele referendar ou não a decisão proferida. É muito importante que o juiz atue com absoluta equidistância. Juiz não ocupa cadeira voltada às relações públicas. Agora, o que é ser polêmico? Segundo a definição grega, é ser atuante. Eu sempre fui um juiz, nos 42 anos em colegiado julgador, atuante, de convicções próprias e, em colegiado, que é o somatório de forças distintas, isso é muito importante — vence a maioria. Não disputo coisa alguma no colegiado, muito menos superioridade intelectual.

**Em um julgamento que o senhor participou recentemente, do ex-juiz Sergio Moro, votou contra a suspeição e o colocou como herói da Lava-Jato. Como o senhor vê essa questão, agora, depois que ele foi considerado suspeito e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva está solto?**

Vamos esclarecer os fatos: eu não elegi o juiz Sergio Moro herói nacional. Quem o apontou como herói nacional no combate à corrupção foi a sociedade, ela que o tomou como herói nacional. E não entra na minha concepção que, do dia para a noite, passado algum tempo, ele possa ser execrado. Manifestei dentro do colegiado sobre o processo envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acabou sendo ressuscitado politicamente — e manifestei segundo convencimento sobre a matéria. Estou muito tranquilo quanto ao que exteriorizei. Em momento algum elegi Sergio Moro herói nacional; retratei o que a imprensa vinculou e retratei, também, o sentimento da sociedade brasileira há um bom tempo.

**A Lava-Jato precisa voltar? Porque o presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, diz que a corrupção acabou. Como avalia, hoje, a forma com a qual o governo está lidando com a corrupção?**

A Operação Lava-Jato se vinha bem com vários condenados, com vários absolvidos. Quando o Supremo concluiu que não seria competente o juiz da 13ª Vara Criminal de Curitiba decidir, evidentemente não se tem a quem recorrer e com isso se voltou à estaca zero — ou seja, o processo será encaminhado ao juízo federal em Brasília e começará praticamente da estaca zero. A organicidade do direito, a meu ver, a dinâmica do direito que visa ter essa decisão final no processo, não foi respeitada e isso gera uma perplexidade para a sociedade. A sociedade espera segurança jurídica, uma marcha segura voltada ao término da persecução criminal do processo-crime, e não essas idas e vindas. Creio que tenho que reexaminar a minha posição, mas, por mais que reexamine, não me

Ed Alves/CB/D.A.Press - 23/10/19



convence de assistir maior razão à maioria formada. Formou-se maioria e houve uma decisão, e é uma decisão definitiva do Supremo que tem que ser respeitada, já que vivemos em um estado democrático de direito e as decisões judiciais precisam ser cumpridas.

**Na sua sessão de despedida, na semana passada, o senhor mencionou os dois possíveis candidatos ao STF: o advogado-geral da União, André Mendonça, e o procurador geral da República, Augusto Aras. O presidente Jair Bolsonaro deu mais uma sinalização de que indicará Mendonça. Com relação às indicações, comenta-se muito, por exemplo, que Mendonça seria um ministro que se encaixaria no perfil de ser “terrivelmente evangélico”. Não lhe incomoda esse tipo de atributo ser direcionado aos possíveis candidatos ao Supremo?**

Não me incomoda como ministro Marco Aurélio, nem ao cidadão Marco Aurélio, a escolha do presidente da República. O que requer a Constituição federal é que o indicado tenha ilibada conduta e conhecimento do direito atendidos os requisitos constitucionais. Cumpre ao Senado apreciar na sabatina, inclusive, o nome escolhido pelo presidente da República. Agora, se é evangélico, se não é, não importa. O Estado é laico e a religião professada não é requisito constitucional para chegar-se ao Supremo. Vou repetir mais uma vez: a escolha é do presidente da República, Jair Bolsonaro. Escolhido o nome, é submetido ao Senado — e pouco importa que seja católico ou evangélico. Eu, por exemplo, sou católico de batismo, mas no meu lugar pode vir alguém que tenha uma outra religião.

**O senhor ficou conhecido pelo seu desassombro ao julgar. Como acha que essa qualidade precisa prevalecer para seu sucessor? Por que é tão importante julgar com desassombro?**

Considerada a envergadura da cadeira, nós não julgamos papéis; julgamos destinos e, se tratando

**“Não julgamos papéis; julgamos destinos e, se tratando do Supremo, ele tem a última palavra. Sobre os conflitos de interesse, é importante que cada qual guarde a independência. A meu ver, é a grande qualidade do juiz a equidistância, considerando o calor da discussão, considerando as emoções envolvidas”**

**“Não elegi o juiz Sergio Moro herói nacional. Quem o apontou como herói nacional no combate à corrupção foi a sociedade, ela que o tomou como herói nacional. E não entra na minha concepção que, do dia para a noite, passado algum tempo, ele possa ser execrado”**

do Supremo, ele tem a última palavra. Sobre os conflitos de interesse, é importante que cada qual guarde a independência. A meu ver, é a grande qualidade do juiz a equidistância, considerando o calor da discussão, considerando as emoções envolvidas.

**Quando o senhor assumiu no Supremo, a Constituição de 1988 tinha apenas dois anos. Que avaliação faz da Constituição agora?**

Vou repetir o que eu digo sempre: precisa ser mais amada pelos brasileiros, precisa ser mais observada pelos órgãos públicos, e é o documento maior da República, que a todos indistintamente submete. Nós tivemos a mudança, em 1988, de um regime de exceção para um essencialmente democrático. As controvérsias que vêm surgindo são solucionadas pelo Judiciário, especialmente pelo Supremo.

**Que avaliação faz desse momento que o país está vivendo? O senhor deixa o Supremo em que cenário na sua avaliação?**

São tempos estranhos, como eu costumou dizer. Quando imaginamos que já vimos tudo, em termos de procedimento, em termos de atos, nós nos deparamos com novo enfoque. Estamos avançando o passo a nossa democracia e respeitando as regras estabelecidas, observando, portanto, o estado democrático de direito. Há um sistema de freios e contrapesos; os poderes são harmônicos e independentes, mas não deixa de haver o controle pelo Judiciário, tanto que é o derradeiro poder mencionado na Constituição. O Judiciário julga os conflitos de interesse, as controvérsias, restabelecendo a paz social momentaneamente abalada. O Supremo não tem faltado à nacionalidade.

**Sobre o inquérito, reaberto pelo ministro Alexandre de Moraes, a respeito dos atos antidemocráticos. Como enxerga a posição do Supremo em relação a esses atos?**

O que se tem é a prestação jurisdicional, no tocante ao

inquérito que está sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes. Pronunciei-me de forma contrária porque foi instaurado não por provocação da polícia ou requerimento do Ministério Público. Foi instaurado pela própria vítima, que seria o Supremo. E, mais do que isso, não se observou na escolha do relator o critério democrático por excelência, que é o da distribuição. Eu não aceitaria essa relatoria se tivesse no lugar dele.

**A democracia está ameaçada no Brasil?**

De forma alguma. Não há espaço para saudosismo. A democracia veio para ficar e ser robustecida a cada dia. Não percebo como se possa imaginar um retrocesso, se possa imaginar um ato, por exemplo, de força. Isso não se coaduna com o estado democrático de direito. Nossa democracia é uma democracia que a cada passo é fortalecida.

**Em relação à nossa democracia, uma das discussões, hoje, é a do voto impresso. O presidente Bolsonaro disse que não aceitaria passar a faixa presidencial se não houver o voto que chama de auditável. Isso não desestabiliza?**

Não há a menor dúvida de que — nós aprendemos em nossas casas desde a infância — o exemplo vem de cima. Não é interessante para as instituições pátrias que o dirigente maior do país critique um sistema que o elegeu em 2018 pela urna eletrônica. O que tínhamos no passado, antes de 1996 — e eu presidi as primeiras eleições informatizadas no Brasil? Tínhamos a cédula que era preenchida pelo eleitor e, depois da contagem dessas cédulas, o denominado mapismo. Com a urna eletrônica, não; a cabine é liberada para o eleitor e ele digita o número do candidato, e a vontade dele é a que prevalece. A urna tem um disco fixo e um disco móvel que, encerrado o certame, é recolhido para se ter o cômputo final dos votos. De 1996 para cá, não tivemos uma impugnação

minimamente séria. Há um contrassenso no ar porque o presidente critica justamente o sistema que o elegeu e, portanto, foi um sistema fidedigno quanto à vontade dos eleitores. Não conversei com o presidente e, tampouco tenho expertise para colocá-lo em um divã e ouvi-lo para saber o subconsciente dele. O que posso aprofundar aos brasileiros é que é um sistema sério, um sistema que visa preservar, acima de tudo, a vontade do eleitor.

**O senhor fica no Supremo até o dia 12. Quais são os trabalhos que pretende concluir nesses últimos dias?**

Não distingo processo. Geralmente, as pessoas não têm ideia da avalanche de processos, da carga suportada por cada um dos integrantes do Supremo. À medida que o processo fica aparelhado para apreciação, eu aprecio. Mas terminarei os meus dias com os processos que pude liberar. Os demais ficarão para o meu sucessor e que seja muito feliz na montagem do gabinete e trabalhe percebendo a envergadura da cadeira que virá a ocupar, porque a responsabilidade é enorme. Estou no serviço público há mais de 55 anos e, em colegiado julgador, há 42 anos. Só posso desejar que o presidente da República seja feliz na escolha do sucessor para que aquele escolhido assuma a cadeira. E percebendo a envergadura da cadeira, que seja melhor do que o sucedido no exercício da função de julgar.

**Os partidos já entraram no Supremo para pedir que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), coloque para caminhar os processos de impeachment contra Bolsonaro. O senhor acha que o país está preparado para mexer com isso?**

O objetivo tem que ser a estabilidade; a estabilidade é que gera segurança jurídica. O presidente foi eleito com 47 milhões de votos; uma escolha, portanto, dos eleitores. Foi diplomado e tem o mandato de quatro anos a ser cumprido. Não vejo com bons olhos a crítica exacerbada e causa espécie que haja tantos pedidos de impedimento do presidente. Em uma das casas do Congresso, o ideal é que não haja nenhum pedido. Agora, cumpre ao presidente Arthur Lira dar sequência ou não a esses pedidos. Desdobramentos no Judiciário, nós precisamos aguardar um pouco. Hoje, me defrontei com uma notícia de que senadores provocaram o Supremo para ter-se a liberação desses processos. Vamos ver como decidirá o colegiado.

**Nesses 31 anos no Supremo, o que faltou fazer na avaliação do senhor?**

Cumpri o meu dever sempre. Devo ter errado algumas vezes, porque sou um ser humano, mas sempre busquei tornar concreta, tornar eficaz, a Constituição Federal. Foi a legislação de regência da matéria e julguei a partir das balizas processuais. Evidentemente, o Supremo não atua como legislador positivo; pode atuar como negativo se uma lei for conflitante com a Constituição Federal. Ele sempre atua, vou repetir, de forma vinculada.

\* Estagiário sob a supervisão de Fábio Grecchi